

opinião pública tal como realmente é, na autenticidade de suas direções, origens e encoberta finalidade, de que o nosso povo, por maior que seja a sua boa fé, jamais se deixará conduzir por líderes de aluguel, engajados na aventura internacional do comunismo pela facilidade da autopromoção e do epicurismo profissional. Felizmente que esta é uma tarefa já iniciada pelas forças nacionais de segurança.

#### A BALANÇA E O NÚMERO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos visto que a maior ameaça à tranquilidade de que — como outro qualquer povo — tanto carecemos para a construção do nosso futuro, não nos vem da tumultuária contestação esquerdista, cujos contornos estão suficientemente definidos e sob relativo controle.

Enquanto isto, a ala dos encapuçados adversários da Revolução infiltrados em suas fileiras constitui sério motivo de preocupação para aqueles que a nada aspiram para si mesmos, mas que sofrem por desejar ver este País definitivamente aprando os rumos do seu glorioso destino.

É por causa dos dissimulados inimigos íntimos da Revolução, do seu constante trabalho de sapa, de sua conduta minas e à sorrelha que frequentemente se ouve falar em *redemocratização*, em *normalização* da vida nacional, como se não vivéssemos sob o pálio de uma Constituição votada pelo Congresso livremente eleito pelo povo, como se atravessássemos um período de emergência, como se algo de mau houvesse de ser suprimido na nossa vida política, e não ser o oportunismo e a hipocrisia, o utilitarismo sem freios e o individualismo pernicioso contra que esbarram os melhores esforços no sentido da mais cabal efetividade de nossas instituições democráticas.

Integram ainda o jargão da felonía, expressões abstrusas qual *Poder Militar*, como se o Poder Nacional, imante à nossa soberania política, se fracionasse em compartimentos estanques susceptíveis de absorção pela hipertrofia de algum deles.

Também o vocábulo "Revolução", outro que alguns já evitam pronunciar, pretende-se esvaziar do seu conteúdo cívico, da substância idealística que assumiu entre nós, do teor de heroísmo, desprendimento e patriotismo a que semânticamente o afeiçoamos desde as primeiras e memoráveis arcaçadas de 22 e 24, para que os taxidemitas da empulhação política o recheiam do material contaminado que o haverá de destruir.

Causa espécie, ainda, Sr. Presidente, que dessa *troupe* de mascarados que por aí a fora explora em seu particular benefício o nome e os créditos da Revolução, não tenha partido, até agora, uma palavra de condenação aos graves atentados e delitos que o noticiário vem registrando, cometidos contra a segurança nacional e conspurcatórios dos nossos foros coletivos de brio e dignidade. O silêncio em que se regatiam, em contrário do alarido que aculam sempre que o Governo lava um tanto contra os ararajais da subversão, condão à lógica suspeita de que há uma fãtica solidariedade, quando não uma *ente* mesmo entre os inimigos jurados da ordem estabelecida.

Certamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os altos círculos responsáveis já terão percebido esta entrincheira circunstância, e não lhes es, espere que não será inclinando a balança ao peso do número que a Revolução conseguirá, para o bem do País, supurar as crises fictícias que se vão gerando até dentro dela mesma, por obra óbliqua daquele jolo que conseguiu germinar no louro trigal das esperanças populares de 1964. (Muito bem.)

#### O SR. ANTONIO MAGALHAES:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, não integro aquele magnífico conjunto de juristas que tanto dignificam e que tanto elevam o conceito desta Casa, por natureza afinados com os objetivos e o espírito da instituição política a que servem. No entanto, a mim não me falta o necessário discernimento da aberração jurídica a que nos pretendem agora conduzir, não aceito e o consenso da universalidade do preceito legal que nos pedem infringir.

As imunidades parlamentares como que são a essência, o fundamento que rege o mecanismo do Poder Legislativo, definitiva ou temporariamente derogáveis, significa sujeitar um poder que não se sustenta senão nas prerrogativas e condicionamentos da lei, àquele outro, que por suas próprias características, e agora, muito em especial, está armado dos instrumentos de coação. A independência e autonomia dos poderes da República somente se fariam aptas a sobreviver se as regalias e a autoridade que emanam da lei forem respeitadas.

O que agora se pretende é estabelecer como norma de comportamento a docilidade do Poder Legislativo, que passaria então, a funcionar como que censurado pelo Governo. A esta Casa, não mais se pretende o debate franco, dentro das diversas concepções das correntes políticas e ideológicas que a integram.

Entendo que a licença para processar o Ilustre Deputado Márcio-Moreira Alves, em decorrência de opiniões por S. Esa. emitidas neste recinto, no pleno exercício de seu mandato e ao amparo das imunidades parlamentares, encerra para esta Casa uma indeclinável opção. Concedida que seja a licença, teremos aberto o precedente para que novas cabeças sejam sacrificadas às conveniências do Executivo, ou, quando não, este seria um poder amedrontado, tolhido pelas ameaças de a cada dia estariam a exigir maior alinhamento e docilidade. Não mais teríamos uma Câmara em processo de recuperação de sua autonomia e independência, sacrificadas à instabilidade política nacional, mas um mero apêndice do Executivo, ao qual conferiria legalidade.

Negada que seja a licença, esta Casa terá assinalado o grande avanço no caminho de sua valorização política, e, então, mais célebre se haveria de fazer o processo para levá-la ao centro das decisões políticas. Não participo da opinião daqueles que acreditam que na votação da licença para que o Executivo processe o combativo Deputado Márcio-Moreira Alves se estaria jogando a sobrevivência do Poder Legislativo, pelos riscos de, negada a licença, venha a fer o seu fechamento decretado. Sou de opinião que, aquilo que agora se joga neste momento grave, nas difíceis circunstâncias que desafiam uma instituição que sobreviveu a tantas vicissitudes, que foi palco de decisões históricas, é a maneira como sobreviverá a este grave teste. Entendo que somente haveria condições de sobrevivência desta Casa, se se negasse pretensão governamental, porque, em caso contrário, não haveria sobrevivência real, mas simplesmente simbólica, e a sujeição do Poder, que integramos estaria decretada, irreversivelmente decretada.

Não deve prevalecer nas circunstâncias atuais no momento decisivo para os destinos nacionais por que agora atravessamos, aquela concepção dualista e partidária que se impôs ao País. Não integramos aqui agora as duas correntes partidárias existentes, mas, sim, um poder sob a ameaça de perder sua representatividade. Não estamos numa luta entre o partido de Oposição e o partido do Governo.

É dentro desta visão que voto, pois, como imperativo de consciência

e como entendo bem servir ao processo de transformação política deste País, amparado na forma e no espírito da Constituição, contra a licença para processamento do Ilustre Deputado Márcio-Moreira Alves.

Se esta Casa, como espero, deixar de acolher o pedido de licença, terá por sua vez posto à prova a sinceridade das reiteradas afirmações do Chefe do Poder Executivo, que, em episódios muito recentes, proclamava seu apreço e respeito ao Poder Legislativo.

A solidariedade pessoal ou partidária são, sem dúvida, o aspecto menos relevante desta oportunidade, e o meu voto, muito embora sem desprezar estes aspectos, tem antes de tudo o objetivo de, testando o funcionamento, o mecanismo institucional, contribuir para o aceleração do processo democrático, que, em semelhante oportunidade, só acredito viável contrariando as pretensões do Governo. E está em nossas mãos decidir se sobrevivemos, firmando nossa unidade como poder, acima das divergências de facções e de grupos, e pensando, antes de tudo, nos destinos da nacionalidade. (Muito bem.)

#### O SR. AGENOR MARIA:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, precisa modificar a política cambial, quanto à exportação, tendo em vista as dificuldades por que passam alguns produtos da agricultura do País.

A realidade estatística mostra que, nestes dois últimos anos, a oferta de sisal foi maior que a demanda no mercado internacional. As importações norte-americanas de fibras duras, em geral, e de sisal, em particular, vêm apresentando marcada tendência declinante.

O acentuado desequilíbrio entre a produção mundial de sisal e a procura desta fibra, cuja tendência é a de agravamento, em vista da maior taxa de expansão da produção, tem acarretado acumulação de estoques em mãos dos produtores e provocado efeitos depressivos sobre os níveis de preços. O produto brasileiro (embora de tipo inferior) tem sido vendido abaixo dos preços do mercado internacional.

Se acrescentarmos a isto a concorrência das fibras sintéticas, derivadas do petróleo, como a recente "polipropileno" com reais possibilidades de competir com o sisal como matéria-prima, para fabricação de cordoalho, parece-nos justo lembrar que as plantações de sisal constituem monocultura em Estados de nível econômico muito baixo, única fonte de receita para a população local.

Não pode ser avaliado por sua contribuição para receita cambial, e, sim, em termos regionais, como fonte de subsistência para um dos mais pobres setores da população do País. (Muito bem.)

#### O SR. FAUSTO CASTELO BRANCO:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho trazer ao conhecimento desta Casa, e especialmente do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, fatos desagradáveis e até inexplicáveis que vêm ocorrendo no meu Estado, o Piauí, com relação aos chamados comandos de açá oficial, que vêm atuando e executando as mais diversas firmas locais, ao bel prazer, agindo mesquinhasmente, através indivíduos insensatos e irresponsáveis que la chegam com a finalidade de tumultuar a vida pacata da Capital do nosso Estado.

Faço apelo ao Ministro da Fazenda, no sentido de mandar sustar tal abuso, e, ao mesmo tempo, solicito seja apurada a devida responsabilidade dos responsáveis fiscais.

O Piauí é um Estado solidamente pobre, necessitando de incentivo para o comércio e a indústria que vêm se

desenvolvendo lentamente e com sérias dificuldades.

Farei oportunamente requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, para obter melhores esclarecimentos destes fatos que só têm merecido protestos justos de toda a população, do comércio e também da nossa parte, pois temos o dever e a responsabilidade de defender o nosso povo.

Recebi do Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, da Associação Comercial e de várias firmas importantes veementes apelos para que cessem e sejam mesmo reparados os abusos desmedidos dos mencionados fiscais do Ministério da Fazenda. (Muito bem.)

#### O SR. MANOEL DE ALMEIDA:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a centenária cidade de Januária, no Vale do São Francisco, perde um grande vulto: falece o Dr. João Lagoeiro Santos, samaritano de raras virtudes, o homem que bem caracterizava a estrutura do santo, ainda em vida.

Médico pelo sacerdócio, antes mesmo de ser-lo, eis que começou a fazer o bem como simples farmacêutico, foi sempre o refúgio da pobreza que, durante mais de 50 anos, teve nele o pai e o amigo.

Nos últimos dias de sua vida, com 82 anos de idade e, logo, ainda clínicava, atendendo aos humildes. Servindo as famílias da Colônia dos Pescadores, continuava ele com a mesma dedicação e mesma bondade. Onde quer que uma pessoa desprovida de recurso fosse atingida em sua saúde, aí estava o velho Lagoeiro para atalhar o mal.

Januária, pois, chora a perda desse vulto extraordinário, que morre pobre, tendo sido um obreiro do bem. Deixa o Sr. João Lagoeiro, viúva Dona Dulce Casiano Lagoeiro, filha de Lindolfo Casiano, o Deputado Federal que no começo deste século exerceu com brilho, por mais de oito anos, a representação mineira no anexo Palácio Tiradentes. Era irmão de Manoel Lagoeiro, o grande jurista cuja cultura transpôs os limites do Estado.

Sr. Presidente, desta tribuna, faço afetuosa homenagem ao grande homem e requeiro à Mesa que manifeste seu pesar à família enlutada e ao povo de Januária, na pessoa do cônjuge sobrevivente, Dona Dulce Casiano Lagoeiro, e do Sr. Mário Lisboa, Prefeito do Município. (O orador é abraçado.)

#### O SR. CARVALHO SOBRINHO:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mais recente declaração de S. Santidade o Papa Paulo VI foi aos professores e alunos do Seminário Pontifício Lombardo de Milão quando, extravasando amarrotura, disse que a igreja atravessa um período de autodestruição.

O fenômeno que, aos poucos, adquire dimensões internacionais é uma deformação marxista da ideia de Deus.

Se universal, essas dimensões no Brasil já dominam proporções e áreas, que estão a exigir uma vigilância ininterrupta e uma análise mais profunda, desde o aconchego verdadeiramente cristão da Família organizada até o mais alto consenso dos poderes governamentais.

O que ocorreu em Minas, com a prisão de três sacerdotes estrangeiros e um diácono, da sequência à pregação dissolvente dos padres progressistas que se expande por todo o País, sob a complacência episcopal de D. Hélder, D. Jairo Marcos, D. Radim, D. Waldir, D. Picão, D. José Maria Pires e outros de ação velada ou menos ostensiva.

Os que ainda não acreditam nessa deformação, nessa autodestruição da igreja no Brasil, assunto já tão documentada e brilhantemente discutido pela imprensa, sobretudo pela autoridade do jornal "O Estado de São Paulo", em notícias editoriais, que leia, como estarecido acabo de ler, o im-